

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E O SERVIÇOS PARA O COMÉRCIO DO BRASIL S/A - SPC S/A, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO MÚTUA POR MEIO DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS PROCESSADOS PELO SPC.
(Processo administrativo nº 8509045-50.2024.8.06.0000)

CV Nº 51/2025

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 09.444.530/0001-01, com sede na Avenida Ministro José Américo, S/N, Bairro Cambeba, 60830-070, na cidade de Fortaleza/CE, neste ato representado por seu **DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO**, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], doravante denominado **TJ/CE**; o **SERVIÇOS PARA O COMÉRCIO DO BRASIL S/A**, sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 29.341.643/0001-80, com sede na Alameda Tocantins, nº 125, 15º andar, conjunto 1.502, Alphaville Centro Industrial e Empresarial/Alphaville – Barueri/SP, CEP 06.455-020, neste ato representado nos termos de seu regulamento pelo **Presidente do Conselho de Administração, ROQUE PELLIZZARO JUNIOR**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] 15 e pelo Diretor Financeiro, **MARCELO SALLES BARBOSA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], doravante denominado **SPC S/A**; ambos individualmente designados **PARTE** e conjuntamente designados **PARTES**, e a **CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FORTALEZA – CDL DE FORTALEZA**, entidade civil sem fins econômicos, inscrita no CNPJ nº. 07.293.038/0001-49 sediada no município de Fortaleza/CE, na Rua Vinte e Cinco de Março, nº 882, Bairro Centro, CEP 60060-120, neste ato representado pelo seu **Presidente, FRANCISCO DE ASSIS COSTA CAVALCANTE**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] na condição de **INTERVENIENTE ANUENTE**, resolvem celebrar o presente Aditivo ao Convênio, nos termos das cláusulas e condições adiante enunciadas:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- nas manifestações constantes no processo nº 8509045-50.2024.8.06.0000;
- nos termos do art. 184, da Lei nº 14.133/21;

c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, datado de 09/04/2025, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda– Do Objetivo

1.1. Constitui objeto do convênio a mútua cooperação entre as partes de forma a possibilitar, aos Juízes e Servidores previamente autorizados e cadastrados, o acesso ao sistema

SPCJUD mantido pelo SPC S/A, com a finalidade exclusiva de instrução processual.

1.2. No sistema SPCJUD o TJ/CE terá acesso às seguintes soluções:

- a) Consulta cadastral
- b) Inclusão de inadimplência (art. 782, §3º CPC)
- c) Exclusão das inadimplências incluídas nos termos da alínea “c”
- d) consulta de inadimplência nas bases SPC S/A e parceira.

1.3. É facultada ao SPC S/A a descontinuidade de qualquer das soluções acima, bem como a disponibilização de novas soluções na ferramenta, com o que desde já concorda o TJ/CE.

Cláusula Terceira – Do Acesso

2.1. A execução do presente instrumento ocorrerá mediante acesso online ao sítio eletrônico www.spcjud.org.br, através de usuários previamente identificados e autorizados.

2.2. O SPC S/A realizará o cadastramento sistêmico dos códigos de operadores mediante indicação expressa e formal do TJ/CE que indique:

- a) Cargo;
- b) Nome completo;
- c) CPF;
- d) E-mail;
- e) Matrícula;
- f) Telefone;
- g) Vara.

2.3. Os acessos somente poderão ser realizados para as finalidades previstas na Cláusula Primeira mediante indicação do processo judicial a ser instruído, no interesse público e em estrito exercício legal, não podendo ser compartilhados, cedidos ou transferidos códigos de operadores, seja a título oneroso ou gratuito, ou de qualquer forma os divulgar.

2.4. O acesso ao SPCJUD se dará mediante a inserção de login do operador e senha, e será feito pelo TJ/CE, através dos seus próprios equipamentos, sendo disponibilizadas um limite de 100 (cem) consultas diárias, podendo ser aumentado, mediante solicitação prévia do TJ/CE ao SPC S/A.

2.5. Os acessos serão sistematicamente arquivados e poderão ser auditados quando necessário pelas autoridades competentes.

Cláusula Quarta – Das Obrigações

3.1. São obrigações gerais das PARTES:

- a) Resguardar o sigilo pessoal dos dados e informações acessados;
- b) Resguardar a integridade, originalidade e autenticidade dos dados e informações acessados;
- c) Responder, com recursos próprios, pelas atividades que competirem a cada um para execução do objeto deste Acordo;
- d) Não frustrar a finalidade deste Acordo ou criar óbice à sua execução;
- e) Zelar pela lisura e incorruptibilidade dos agentes públicos e empregos envolvidos na execução do presente Acordo; e
- f) Garantir o cumprimento do presente instrumento por seus empregados, servidores,

diretores, prepostos e colaboradores.

Parágrafo Primeiro. A não observância dessas obrigações é passível de responsabilização nas esferas cível, penal e administrativa.

3.2. São obrigações do TJ/CE:

a) Atender às especificações técnicas que permitam o acesso ao SPCJUD ou equivalente;

b) Comunicar as informações necessárias dos operadores que realizarão as consultas, bem como os horários e dias da semana de utilização, para criação de perfil de acesso de cada colaborador, com usuário e chave de acesso individual;

c) Responder pelo uso das chaves de acesso ao SPCJUD ou equivalente disponibilizadas em virtude deste Acordo;

d) Manter atualizado o cadastro de usuários das chaves de acesso ao SPCJUD ou equivalente. Tendo especial cuidado, para os casos em que ocorrer transferência de colaborador ou não for mais necessário a utilização do operador e senha disponibilizado, tendo como solução a devida exclusão do acesso;

e) Comunicar ocorrências, indisponibilidades ou falhas detectadas na utilização do SPCJUD ou equivalente;

f) Cumprir com as disposições presentes no Termo de Tratamento de Dados Pessoais do Banco de Dados do SPC (Anexo I);

g) Utilizar dados e informações acessados em virtude deste Acordo exclusivamente para auxiliar as atividades jurisdicionais nos termos da Cláusula Primeira;

h) Não ceder, transmitir, repassar, vender, reproduzir ou divulgar dados e informações a que vier a ter acesso em virtude deste acordo; e

i) Observar a Política de Segurança do SPC S/A e inclusive suas alterações.

j) Providenciar a assinatura no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme modelo no Anexo II, por seus prepostos, servidores e todos aqueles que tiverem acesso ao SPCJUD por meio deste Acordo. É necessária a assinatura do termo para que todos aqueles que venham a ter um operador no sistema mantenha a confidencialidade dos dados acessados.

3.3. São obrigações do SPC S/A:

a) Informar as especificações técnicas que permitam o acesso aos seus sistemas e eventuais alterações;

b) Disponibilizar códigos de operadores e senhas para os colaboradores autorizados pelo TJ/CE a operarar informações cadastrais contidas no banco de dados do SPC S/A;

c) Prover as informações que compõem as soluções indicadas na cláusula primeira, conforme disponibilidade.

d) Prover as orientações, instruções ou treinamentos ao TJ/CE para acesso ao SPCJUD, por meio do SPC S/A;

e) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários, ao acompanhamento e controle da execução do objeto deste acordo.

Cláusula Quinta – Do Prazo e da Resilição

4.1. O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo e nos termos da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, bem como e demais normas aplicáveis à espécie.

4.2. As Partes poderão rescindir o presente Convênio, sem justa causa a qualquer tempo, isentas de qualquer penalidade, desde que haja comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, por justa causa, no descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, mediante simples aviso.

4.3. Sem prejuízo ao prazo de antecedência mínima descrito no parágrafo anterior, o SPC S/A se resguarda do direito de denunciar a qualquer tempo o presente acordo, em razão de descumprimento de qualquer das suas cláusulas ou em virtude de superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível.

4.4. O uso indevido das consultas pelo TJ/CE, terá como efeito a suspensão imediata do acesso ao sistema SPCJUD ou equivalente e o consequente encerramento deste Convênio.

Cláusula Sexta – Dos Contatos

5.1. Os partícipes designam os respectivos executores do presente Convênio, os quais serão responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, bem como pelo cumprimento de suas cláusulas, sendo:

Pelo SPC S/A:

Nayara Duarte Gonçalves

nayara.goncalves@spcbrasil.com.br

Pelo TJ/CE:

Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

nilsiton.aragao@tjce.jus.br

Cláusula Sétima – Dos Recursos Financeiros

6.1. O presente Acordo não tem caráter oneroso, não implicando transferência de recursos entre as PARTES, não gerando direito a indenizações e tampouco qualquer forma de vínculo empregatício entre as pessoas encarregadas direta e indiretamente de sua execução.

Parágrafo Único - Cabe a cada PARTE responder pelo ônus financeiro de suas obrigações, através de dotações orçamentárias próprias, nada podendo ser exigido um do outro, atendendo assim às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/00), e da Lei n.º 14.133/21, além da legislação específica de cada ente.

Cláusula Oitava – Da Publicação

7.1. Caberá ao TJ/CE providenciar a publicação do extrato deste Termo de Convênio no Diário da Justiça Eletrônico, conforme determinado pela da Lei 14.133/2021, observado o prazo legal correspondente, comprometendo-se cada partícipe a dar publicidade do seu conteúdo no âmbito de sua atuação.

Cláusula Nona– Das Disposições Gerais

9.1. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie entre os funcionários, usuários dos acessos, do TJ/CE e os colaboradores que o SPC S/A e/ou seu designado utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Acordo de Cooperação.

9.2. Este Acordo poderá ser alterado por consenso entre as partes, desde que não implique em modificações de seu caráter não oneroso, nem frustração ou alteração de seu objeto, cuja formalização ocorrerá através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 14.133/21.

9.3. Este convênio é um acordo de vontades entre as partes signatárias, que desenvolverão, conjuntamente, trabalhos cooperativos a serem regidos pelas diretrizes básicas estabelecidas por este instrumento.

9.4. Para os fins deste convênio, as partes devem ser consideradas como convenientes independentes, e nenhuma delas deverá ser considerada como agente da outra.

9.5. O presente convênio é celebrado sem caráter de exclusividade, ficando qualquer das partes livres para celebrar outros acordos, Convênios ou convênios, igual ou semelhantes ao objeto do presente ajuste, sem necessidade de consentimento ou autorização das outras partes.

9.6. O presente convênio será regido por toda a legislação aplicável à espécie e pelas disposições que a complementarem, cujas normas integram o presente Termo, termo, especialmente a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações.

9.7. O Anexo I, devidamente rubricado pelas partes faz parte integrante do presente instrumento como se nele fossem transcritos. Todavia, havendo conflito entre o que está estipulado no contrato de prestação de serviços e no Anexo, o contrato de prestação de serviço sempre prevalecerá sobre a disposição do Anexo.

Cláusula Décima – Da Proteção Dos Dados

10.1. As partes contratantes declaram encontrar-se adequadas ao tratamento dos dados de pessoa natural, devendo cada parte adotar os procedimentos legais necessários para tratamento de referidos dados no que se refere aos objetivos a que se destinam o presente convênio, ou seja, para a execução e tratativas deste Convênio ou de procedimentos preliminares a ele relacionados.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, ambas as partes declaram estar cientes da necessidade de observância dos termos da Lei nº 13.709/2018 no que se refere ao tratamento direto e/ou indireto de dados de terceiros que se relacionem com o presente contrato de prestação de serviços.

Cláusula Décima Primeira – Do Foro

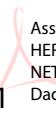
Fica eleito o foro da comarca de Fortaleza como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste Convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Fortaleza/CE, data da última assinatura registrada pelo sistema.

Assinatura Eletrônica
12/06/2025 15:44 UTC

Nayara Gonçalves
360.***.67
Nayara Duarte Gonçalves

HERACLITO VIEIRA
DE SOUSA
NETO:29429358391

Assinado de forma digital por
HERACLITO VIEIRA DE SOUSA
NETO:29429358391
Dados: 2025.06.16 18:12:05 -03'00'

HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

Assinatura Eletrônica
12/06/2025 17:34 UTC

Samantha Souza Lopez
471.***.33
Samantha Souza Lopez

Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Assinatura Eletrônica
13/06/2025 16:30 UTC

BRy
826.***.00
MARCELO SALLES BARBOSA

MARCELO SALLES BARBOSA
Diretor Financeiro

PELO SPC S/A

FRANCISCO DE ASSIS COSTA
CAVALCANTE:05958695304

Assinado de forma digital por
FRANCISCO DE ASSIS COSTA
CAVALCANTE:05958695304
Dados: 2025.06.23 11:51:03 -03'00'

Assinatura Eletrônica
15/06/2025 13:51 UTC

BRy
750.***.15
ROQUE PELLIZZARO JUNIOR

ROQUE PELLIZZARO JUNIOR
Presidente

PELA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FORTALEZA (CDL DE FORTALEZA)
FRANCISCO DE ASSIS COSTA CAVALCANTE
Presidente

ANEXO I - TERMO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Este Termo de Tratamento de Dados Pessoais (“Termo”) se aplica às atividades de Tratamento de Dados Pessoais (conforme definido abaixo) realizadas em razão do Acordo e integra o Acordo para todos os fins de direito.

Quaisquer termos iniciados em letras maiúsculas e não definidos de outra forma neste Termo terão o significado atribuído a eles no Acordo ou na LGPD. Exceto conforme modificado abaixo, os termos do Acordo permanecerão em pleno vigor e efeito.

1. DEFINIÇÕES

1.1. Neste Termo, os seguintes termos terão os significados definidos abaixo:

- 1.1.1 **“Leis e Regulamentos de Proteção de Dados” significam qualquer lei e regulação, incluindo qualquer decisão publicada por qualquer Autoridade Fiscalizadora competente, aplicável ao Tratamento dos Dados Pessoais que ocorra no contexto do Acordo;**
- 1.1.2 **“LGPD” significa Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados, e suas respectivas alterações posteriores);**
- 1.1.3 **“Política de Segurança da Informação” significa as Políticas de Segurança da Informação das Partes;**
- 1.1.4 **“Data do Término” tem seu significado descrito na cláusula 10.1;**
- 1.1.5 **“Serviços” significam os serviços e outras atividades que serão fornecidas ou realizadas, nos termos do Acordo;**
- 1.1.6 **“Colaborador(es)” significa qualquer empregado, funcionário, inclusive subcontratados ou terceirizados, representantes ou prepostos, remunerado ou sem renumeração, em regime integral ou parcial, que atue em nome das Partes e que tenha acesso a Dados Pessoais.**
- 1.1.7 **“Autoridades Fiscalizadoras” significa qualquer autoridade, inclusive judicial, competente para fiscalizar, julgar e aplicar a legislação pertinente, incluindo, mas não se limitando, à ANPD.**
- 1.1.8 **“ANPD” significa a Autoridade Nacional de Proteção de Dados no Brasil, conforme definido na LGPD.**

1.2. Quaisquer obrigações deste Termo que façam referência às exigências presentes apenas na LGPD passarão a valer com a entrada em vigor da LGPD.

2. Tratamento de Dados Pessoais

2.1. A execução do Acordo pressupõe o compartilhamento mútuo de Dados Pessoais entre as Partes. As Partes se comprometem, em relação às atividades de Tratamento de Dados Pessoais realizadas no contexto do Acordo, a:

- 2.1.1. Tratar os Dados Pessoais de acordo com todas as Leis e Regulamentos de Proteção de Dados aplicáveis, inclusive as que entrarem em vigor após a assinatura deste Termo, garantindo, especialmente, que todo Tratamento esteja devidamente justificado em uma das bases legais estabelecidas pela LGPD;
- 2.1.2. Tratar apenas os Dados Pessoais necessários para execução do Acordo, de acordo com o Apêndice 1 (quando preenchido), e tão somente para a finalidade de execução do Acordo exceto nos casos em que o Tratamento seja necessário para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias a que se sujeitem as Partes.
- 2.1.3. Caso uma das Partes tenha acesso, no contexto do Acordo, a Dados Pessoais que considere como excessivos ou não necessários à execução do Acordo, deverá comunicar imediatamente à outra

Parte, devendo inutilizar tais Dados Pessoais.

- 2.1.4. Caso uma das Partes realize qualquer atividade de Tratamento que não esteja relacionada à execução do Acordo, esta atividade de Tratamento ocorrerá fora do contexto deste Termo. A Parte que realizar este Tratamento será considerada única Controladora em relação à atividade, ficando a outra Parte livre de qualquer obrigação ou responsabilidade que dela derive.
- 2.1.5. Cooperar mutuamente para garantir o devido cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e também o atendimento a eventuais solicitações de Autoridades Fiscalizadoras, no limite de suas atividades.

2.2. É vedado às Partes utilizar qualquer tipo de ferramenta, tecnologia, engenharia reversa ou qualquer outro método que vise identificar os Titulares dos Dados Pessoais, nos casos em que os Dados Pessoais tenham sido compartilhados de forma a não ser possível a identificação direta dos Titulares sem que haja o cruzamento com outras informações ou com o acesso à chave de identificação.

3. Dos Colaboradores

3.1. As Partes deverão assegurar que o Tratamento dos Dados Pessoais realizados no contexto do Acordo fique restrito aos Colaboradores responsáveis pelo Tratamento, de acordo com a cláusula 2.1.2 deste Termo, bem como que tais Colaboradores:

- 3.1.1. Tenham recebido treinamentos referentes aos princípios de proteção de dados e às leis que envolvem o tratamento; e
- 3.1.2. Tenham conhecimento das obrigações das Partes, incluindo as obrigações do presente Termo.

3.2. As Partes deverão assegurar que todos os Colaboradores estejam sujeitos a Acordos de sigilo ou obrigações profissionais ou estatutárias de confidencialidade e proteção de dados.

4. Segurança

4.1. As Partes implementarão medidas técnicas, administrativas e organizacionais adequadas e compatíveis com as atividades de Tratamento que realizarem. Para avaliar o nível apropriado de segurança, as Partes deverão levar em conta os riscos que derivam do Tratamento, em especial aqueles relacionados a Incidentes de Segurança.

4.2. As Partes poderão estabelecer, em conjunto e por escrito, critérios mínimos de segurança que considerem necessários para a execução do Acordo, que deverão ser adotadas por ambas as Partes.

- 4.1.1. As Partes se comprometem a realizar regularmente testes, avaliações e verificações da efetividade das medidas técnicas, administrativas e organizacionais para assegurar a segurança dos processos que envolvam o Tratamento dos Dados Pessoais.

5. Operador

5.1. Quando qualquer atividade de Tratamento for realizada por meio de um Operador, as Partes deverão, em relação ao Operador:

- 5.1.1. Preservar a integridade e precisão dos Dados Pessoais, devendo atualizar, corrigir ou deletar tais dados a pedido da outra Parte;
- 5.1.2. Verificar, por meio de “due diligence” ou procedimento equivalente, que cada Operador tenha condições de garantir um nível de proteção de Dados Pessoais, no mínimo, equivalente a este Termo e providenciar evidências dessa verificação;
- 5.1.3. Celebrar, por escrito, Acordo com cada Operador, cujo teor deverá incluir disposições, no mínimo, equivalentes a este Termo;
- 5.1.4. Ser responsável por todas as ações e omissões do Operador em relação ao tratamento de Dados

Pessoais.

6. Transferência Internacional de Dados

6.1. Caso seja necessária, para a execução do Acordo, a realização de Transferência Internacional de Dados Pessoais por qualquer uma das Partes, e caso o país de destino não possua nível adequado de proteção de Dados Pessoais conforme determinações da ANPD, a Parte que compartilhar o dado deverá garantir que a Transferência Internacional seja realizada de acordo com um dos mecanismos previstos pela LGPD e demais Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.

7. Direitos do Titular

7.1 As Partes deverão cooperar mutuamente, no limite de suas atividades, com o cumprimento das obrigações relacionadas ao exercício dos direitos dos Titulares dos Dados Pessoais, de acordo com as Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.

7.2 As Partes deverão:

- 7.2.1 Notificar imediatamente a outra Parte em caso de recebimento de solicitação de Titular de Dados, quando relacionada a qualquer atividade de Tratamento realizada no contexto do Acordo;
- 7.2.2 Abster-se de responder qualquer solicitação de Titular de Dados relacionada aos Dados Pessoais compartilhados pela outra Parte, sem que esta outra Parte tenha manifestado, por escrito, concordância com o teor da resposta a ser apresentada ao Titular, exceto nos casos em que o prazo para resposta seja inferior a 48 horas, de acordo com as Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.

8. Incidente de Segurança

8.1 Quando as Partes identificarem a ocorrência de um Incidente de Segurança que possa causar dano relevante ao Titular, de acordo com a LGPD e eventuais regulamentações que venham a ser emitidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, deverão notificar a outra Parte por escrito imediatamente. A notificação deverá conter informações suficientes (no mínimo, descrição do ocorrido, data, causa, possíveis impactos aos Titulares de Dados Pessoais, ações de mitigação adotadas, e próximos passos) para que a outra Parte possa cumprir com eventuais exigências impostas pelas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.

8.2 As Partes, com suas próprias despesas, investigarão as causas e as consequências do Incidente de Segurança e tomarão as medidas necessárias para remediar suas consequências, informando prontamente à outra Parte acerca de todas as ações tomadas.

8.3 As Partes deverão manter registro dos Incidentes de Segurança, contendo pelo menos (a) descrição da natureza do Incidente de Segurança, (b) descrição das consequências do Incidente de Segurança e (c) descrição das medidas tomadas ou propostas pelas Partes para tratar do Incidente de Segurança.

8.4 As Partes não divulgarão qualquer informação sobre o Incidente de Segurança, a menos que acordado pelas Partes, ou esteja obrigada por determinação de Autoridades Fiscalizadoras, nos termos da lei brasileira.

9. Autoridades Fiscalizadoras

9.1 As Partes deverão cooperar mutuamente, no limite de suas atividades, com o cumprimento de obrigações ou solicitações impostas por qualquer Autoridade Fiscalizadora competente.

9.2 As Partes deverão informar, imediatamente, à outra Parte acerca do recebimento de solicitações de informações ou determinações por Autoridades Competentes relacionadas a qualquer atividade de Tratamento realizada no contexto do Acordo. Quando essas solicitações ou determinações estiverem relacionadas aos Dados Pessoais compartilhados pela outra Parte, a Parte receptora/intimada submeterá sugestão de resposta para validação da outra Parte dentro do prazo legal ou determinado pelas Autoridades Competentes.

10. Exclusão e devolução dos Dados Pessoais

10.1 As Partes deverão, quando do término de quaisquer atividades de Tratamento de Dados Pessoais no contexto do Acordo (“Data do Término”), interromper o tratamento dos Dados Pessoais e, mediante solicitação por escrito da outra Parte, eliminar os Dados Pessoais relacionados às atividades finalizadas, bem como todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), exceto quando a manutenção dos Dados Pessoais for necessária para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

10.2 As Partes poderão, a seu exclusivo critério, mediante notificação por escrito à outra Parte, dentro de 30 dias corridos da Data do Término, exigir que a outra Parte: (a) devolva uma cópia completa de todos os Dados Pessoais tratados no contexto do Acordo, mediante transferência segura e em formato interoperável ou proprietário da outra Parte.

10.3 As Partes deverão fornecer certificação por escrito, para a outra Parte, de que cumpriram integralmente esta seção, dentro de 30 dias corridos do Data do Término.

11. Direito de Auditoria

11.1 As Partes concordam que a outra Parte terá o direito, a qualquer momento, durante a vigência do Acordo de realizar uma auditoria para confirmar que a outra Parte está agindo em conformidade com este Termo, mediante notificação prévia, com 15 dias úteis de antecedência. A auditoria apenas poderá ser realizada por empregados da Parte auditora ou terceiro contratado (entre as empresas de auditoria KPMG, PWC, Deloitte e EY), desde que seja assinado termo de confidencialidade com a Parte auditada.

11.2 A auditoria será limitada aos repositórios físicos e/ou eletrônicos em que ocorram atividades de Tratamento de Dados Pessoais relacionadas aos Dados Pessoais compartilhados pela outra Parte, respeitadas eventuais obrigações de sigilo profissional e segredo de negócios.

As Partes deverão disponibilizar, a qualquer momento, todas as informações necessárias para demonstrar conformidade com este Termo e com o Acordo, em relação ao Tratamento dos Dados Pessoais. No caso de quaisquer falhas ou inconformidades de segurança encontrados durante tais auditorias, as Partes deverão tomar, às suas próprias custas, todas as ações necessárias para resolver as falhas ou inconformidades identificadas.

11.3 Caso a Parte auditada não solucione as falhas ou inconformidades identificadas pela Parte auditora, em prazo acordado pelas Partes por escrito, a Parte auditora poderá rescindir o Acordo.

12. Indenização

12.1 As Partes deverão indenizar, defender e isentar a outra Parte e/ou suas filiais contra toda e qualquer responsabilidade, perda, reivindicação, dano, multa, penalidade, despesa (incluindo, sem limitação, multas, indenização por danos, custos dos esforços de reparação e honorários advocatícios e custos decorrentes de ou relacionados a qualquer ação, reivindicação ou alegação de terceiros - incluindo, sem limitação, qualquer autoridade reguladora ou governamental) que decorrer do não cumprimento deste Termo e/ou não cumprimento das Leis e Regulamentos de

Proteção de Dados.

12.2 Caso a ANPD impute sanções para as Partes relacionadas a este Termo, e for constatada culpa, dolo ou outro elemento de responsabilidade de uma das Partes a Parte tiver dado causa à sanção deverá arcar com a penalidade financeira – quando for o caso – e/ou indenizar a outra Parte, inclusive pelos danos reputacionais experimentados, além de quaisquer custos e despesas experimentados pela Parte prejudicada ao longo do processo administrativo.

12.3 Este Termo não gera responsabilidade solidária entre as Partes, por quaisquer penalidades relacionadas às atividades de Tratamento realizadas no contexto do Acordo, devendo cada Parte ser responsabilizada individualmente no limite de suas atividades.

13. Responsabilidade

13.1 As obrigações de indenização previstas na Cláusula 12 serão adicionais, e não excluem qualquer obrigação de indenização que conste do Acordo.

13.2 Fica ainda estabelecido que o presente termo: (i) não gera qualquer limitação de responsabilidade ou obrigação de indenização das Partes decorrente das atividades de Tratamento de Dados Pessoais realizadas no contexto do Acordo; e (ii) não impede as Partes de exercerem quaisquer direitos que possam ter em relação à outra Parte.

14. Disposições Gerais

14.1 Sem prejuízo de eventuais disposições sobre mediação e jurisdição:

14.1.1. As Partes deste Termo se submetem à escolha da jurisdição estipulada no Acordo com relação a quaisquer disputas ou reivindicações, de qualquer forma, decorrentes deste Termo, incluindo disputas relativas à sua existência, validade ou rescisão ou as consequências de sua nulidade; e

14.1.2. Este Termo e todas as obrigações extracontratuais ou outras decorrentes ou relacionadas a ele são regidas pelas leis do país ou território estipulado para este fim no Acordo.

14.2 Em caso de conflito entre as disposições deste Termo e do Acordo ou qualquer outro documento firmado entre as partes, especificamente em relação às atividades de Tratamento de Dados Pessoais, prevalecerão as disposições deste Termo, exceto nos casos em que documento superveniente seja firmado entre as Partes, declarando expressamente a subsidiariedade deste Termo.

14.3 Este Termo poderá ser alterado pela vontade das partes ou caso sobrevenha nova lei, regulação ou direcionamentos por parte da ANPD ou qualquer Autoridade Fiscalizadora que demandem a alteração de suas disposições. As novas disposições deverão ser acordadas pelas Partes de boa-fé e sempre por escrito como termo aditivo a este Termo.

14.4 Caso qualquer disposição deste Termo seja considerada nula, inválida ou inexequível, as disposições remanescentes permanecerão válidas e em vigor. A disposição nula, inválida ou inexequível deve ser alterada para garantir a sua validade e eficácia, preservando as intenções das partes.

14.5 Este Termo permanecerá em vigor até que o Acordo seja rescindido por qualquer motivo.

14.6 Este Termo sobreviverá ao término do Acordo e continuará obrigando as Partes com relação às atividades de Tratamento de Dados Pessoais originadas pelo Acordo que continuem ocorrendo, ainda que apenas para fins de cumprimento de obrigação legal ou regulatória.



Este Termo é celebrado e torna-se parte integrante e obrigatória do Acordo, com efeitos a partir desta data, aplicando-se, porém a todas as atividades de tratamento de Dados Pessoais realizadas desde a data da celebração do Acordo.

São Paulo, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

APÊNDICE 1 – Dados Pessoais Tratados

1. Nome
2. Cargo
3. CPF
4. Endereço
5. Telefone
6. E-mail

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Eu, _____, portador (a) do documento de identidade nº _____, expedido pelo (a) _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, na condição de agente público, servidor, empregado, estagiário, bolsista, colaborador ou preposto do MP/xx.

Paragrafo Primeiro - Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

- I. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
- II. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
- III. A não me apropriar de material confidencial e/ou sigiloso do SPCJUD ou equivalente que venha a ser disponível;
- IV. A não repassar a terceiros o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas;

Parágrafo Segundo - Neste Termo, Informação Confidencial significará toda informação revelada através da apresentação/utilização do SPCJUD ou equivalente, a respeito de, ou, associada com a Avaliação, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Parágrafo Terceiro - Avaliação significará todas e quaisquer discussões, conversações ou negociações entre, ou com as partes, de alguma forma relacionada ou associada com a apresentação dos itens acima mencionados.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Declaro ciência de que a violação deste compromisso acarretará responsabilização nas esferas cível, penal e administrativa.

E por estar de acordo com o presente Termo, assino-o e submeto-o à guarda pelos gestores deste mesmo Acordo de Cooperação Técnica.

São Paulo, _____ de _____ de 2025.

Nome